

COMUNIDADES DE BASE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 28.04.1981

As Comunidades Eclesiais de Base são a um só tempo uma forma estritamente religiosa através da qual a Igreja Católica revigorou a sua ação pastoral no Brasil e uma nova e fundamental forma de organização política dos trabalhadores brasileiros. O recente 4º Encontro das Comunidades Eclesiais de Base, realizado em Itaici, deixou muito claros esses dois sentidos das Comunidades de Base. Através da Carta de Itaici e das manifestações dos bispos que participaram do encontro, como d. Valdir Calheiros, d. Aloísio Lorscheider e d. José Maria Pires, tanto o sentido religioso como o sentido político (mas não partidário) das Comunidades de Base foi reafirmado e legitimado.

No plano religioso, o papel das Comunidades de Base é essencial. Surgiram no final dos anos 60 como uma resposta à crise religiosa e de vocações que atingirá a Igreja depois do Concílio Vaticano 2º. Através das Comunidades Eclesiais de Base e de seus dirigentes muitos deles revestidos de poderes sacramentais, a Igreja ampliou e revigorou sua ação religiosa. Mas ao mesmo tempo a Igreja, através das Comunidades de Base, reencontrava o povo, não mais para ajudar a oprimi-lo, para mantê-lo submisso primeiro à dominação feudal e depois à capitalista, como sempre o fizera desde que se tornou a religião oficial no final do Império Romano, mas para defendê-lo da opressão. A Igreja definia assim a forma ideal de transformar em realidade a revolução política pela qual ela própria passara após o Concílio. De Igreja comprometida com a classe dominante ela agora voltava às suas origens e solidarizava-se com os trabalhadores. Fazia o que ela própria chamou de “a opção preferencial pelos pobres”.

Ora, a forma por excelência de optar pelos pobres, pelos trabalhadores, pelos oprimidos é ajudando-os a se organizar politicamente. Porque afinal serão eles próprios que terão que se defender e lutar por uma sociedade mais justa. A Igreja compreendeu esse fato.

Por outro lado, as Comunidades de Base vinham preencher uma lacuna essencial na organização dos trabalhadores. Não bastam para isso os sindicatos ou os partidos políticos populares. Especialmente em um país como o Brasil, em que o mercado informal de trabalho (trabalhadores autônomos ou trabalhando em microempresas) é tão grande, a organização ao nível do bairro, da rua, da comunidade é essencial.

Os porta-vozes das classes dominantes vêm agora acusar a Igreja e as Comunidades de Base de fazerem política. Não o faziam quando a Igreja defendia seus interesses. Mas agora, sentindo-se ameaçados (aliás, sem razão, a não ser que não desejem ceder nada), vêm dizer que o papel da Igreja é exclusivamente religioso. Quando sabem que isto não é verdade, que a Igreja sempre teve também um papel político. Que política e religião são inseparáveis. Que geralmente as religiões em todo o mundo têm servido aos dominadores, mas podem também servir aos oprimidos, como hoje acontece no Brasil com a Igreja Católica e suas Comunidades de Base.(28/04/81)